

**SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**  
**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de Controle de Qualidade (CQ), Levantamento Radiométrico (LR) e Teste de Integridade de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Grupo	Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade
1	1	Serviço de controle de qualidade em ultrassonografia em conformidade com a RDC nº 611 da Anvisa; Realização de testes de qualidade por empresa especializada; emissão de laudo técnico anual em equipamento de Ultrassonografia.	SV	1
	2	Serviço de Controle de Qualidade (CQ) – Aparelho de Raio X Odontológico Extraoral	SV	2
	3	Serviço de Controle de Qualidade (CQ) – Aparelho de Raio X Odontológico Intraoral	SV	40
	4	Serviço de Controle de Qualidade (CQ) – Aparelho de Tomografia Odontológica	SV	2
	5	Serviço de Levantamento Radiométrico (LR) - Raio X Odontológico Extraoral – Modelo de plano de Radioproteção	SV	2
	6	Serviço de Levantamento Radiométrico (LR) - Raio X Odontológico Intraoral – Modelo de plano de Radioproteção	SV	44
	7	Serviço de Levantamento Radiométrico (LR) - Tomógrafo Odontológico – Modelo de plano de Radioproteção	SV	2

8	Teste de integridade de equipamentos de Proteção Individual (EPI)	SV	50
---	---	----	----

## 2. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período, configurando-se o fornecimento sob demanda.

2.2 Todos os custos relacionados à prestação do serviço serão de responsabilidade da empresa contratada.

2.3 Atualmente, o parque tecnológico do Sesc/DF compreende 44 salas de exame e 40 equipamentos de radiografia intraoral entre fixos e portáteis, além de 2 aparelhos extraorais com função de tomografia, conforme informações atualizadas da área técnica.

2.4. Em algumas unidades, o número de salas é maior que o número de equipamentos em razão do uso de aparelhos intraorais portáteis, que podem ser remanejados entre consultórios. Em outras, há mais equipamentos do que salas, também devido ao uso de RX portátil adicional ao equipamento fixo.

2.5 Essas características justificam a necessidade de contratação especializada para atender plenamente às exigências de CQ, LR, Tomografia, Ultrassom e verificação de EPI, considerando a diversidade de ambientes e equipamentos.

2.6 O serviço deverá atender integralmente à RDC nº 611/2022 da Anvisa, bem como às normas técnicas complementares aplicáveis à radiologia diagnóstica e odontológica.

2.7. As atividades serão executadas nas seguintes unidades:

- Sesc Setor Comercial Sul
- Sesc 504 Sul
- Sesc Guará
- Sesc Taguatinga Norte
- Sesc Gama
- Sesc Ceilândia
- Sesc Asa Norte
- Unidades Móveis (2)

2.8. Controle de Qualidade (CQ) – Ultrassonografia

- Testes de desempenho e constância conforme RDC nº 611/2022.
- Avaliação operacional e conferência dos parâmetros físicos.
- Emissão de laudo técnico contendo resultados e recomendações.
- Execução presencial por profissional habilitado e com equipamentos calibrados.

## 2.9. Controle de Qualidade (CQ) – Raio X Odontológico Extraoral

- Avaliação dos parâmetros operacionais e de desempenho do equipamento.
- Testes de constância conforme RDC nº 611/2022.
- Emissão de laudo técnico com conclusões e recomendações.

## 2.10. Controle de Qualidade (CQ) – Raio X Odontológico Intraoral

- Testes de constância e avaliação de desempenho.
- Verificação dos parâmetros físicos e operacionais.
- Emissão de laudo técnico.

## 2.11. Controle de Qualidade (CQ) – Tomógrafo Odontológico

- Avaliação técnica do equipamento tomográfico odontológico.
- Testes de qualidade da imagem e desempenho geral.
- Emissão de laudo técnico conforme RDC nº 611/2022.

## 2.12. Levantamento Radiométrico (LR) – Raio X Odontológico Extraoral (com modelo de Plano de Radioproteção)

- Medições radiométricas na sala e em áreas adjacentes.
- Verificação das condições das barreiras de proteção.
- Comparação com limites da RDC nº 611/2022.
- Emissão de laudo radiométrico e modelo de Plano de Radioproteção.

## 2.13 Levantamento Radiométrico (LR) – Raio X Odontológico Intraoral (com modelo de Plano de Radioproteção)

- Medições radiométricas no ambiente e no entorno.
- Verificação de barreiras físicas, portas, comando e visor.
- Emissão de laudo radiométrico e modelo de Plano de Radioproteção.

## 2.14 Levantamento Radiométrico (LR) – Tomógrafo Odontológico

- Medições radiométricas específicas para salas de tomografia.
- Avaliação de barreiras e estruturas adjacentes.
- Emissão de laudo técnico com recomendações.

## 2.15 Teste de Integridade dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

- Avaliação dos EPIs radiológicos utilizados nas unidades (aventais, protetores, etc.).
- Inspeção visual e/ou radiográfica para identificação de fissuras ou falhas.
- Emissão de laudo de conformidade ou reprovação.

## 2.16 Os serviços deverão ser executados presencialmente nas unidades do Sesc/DF, mediante cronograma acordado com a Gerência de Atenção à Saúde. A contratada

deverá utilizar instrumentos de medição calibrados e certificados, devendo todos os laudos ser assinados digitalmente pelo responsável técnico habilitado.

2.17 Em caso de divergência de informações, deverá prevalecer o conteúdo disposto no Termo de Referência.

### **3. DA NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1. Considerando o disposto na Resolução Sesc nº 1.593/2024, o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de “serviços comuns”, pois as especificações são usuais no mercado e a sua seleção pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosamente técnica.

### **4. DO VALOR DE REFERÊNCIA**

4.1. O valor total estimado do objeto desta licitação é de R\$ 116.936,80 (cento e dezesseis mil, novecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

### **5. JUSTIFICATIVA**

5.1. O Serviço Social do Comércio – Sesc-AR/DF, em sua missão institucional, atua na promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, seus dependentes e da comunidade. No âmbito da Saúde Física, Mental e Bucal, a instituição mantém serviços assistenciais regulados pela vigilância sanitária e sustentados por rigorosos padrões de segurança, qualidade e conformidade legal. A realização periódica de controles de qualidade, levantamentos radiométricos, avaliações de tomografia, testes de ultrassonografia e verificação de integridade de EPIs constitui ação essencial para garantir a excelência dos serviços prestados e a segurança dos atendimentos oferecidos.

5.2. Os exames de imagem realizados nas unidades do Sesc/DF exigem a manutenção de parâmetros técnicos adequados, ambientes protegidos e equipamentos em condições seguras de operação. A execução dos serviços de CQ, LR e avaliação de desempenho assegura a confiabilidade diagnóstica, a precisão dos resultados e a proteção radiológica de pacientes, profissionais e visitantes. Essas atividades são estabelecidas como obrigatórias pela RDC nº 611/2022 da Anvisa e demais normativas correlatas, demandando avaliação técnica especializada e emissão de laudos certificados. Assim, a contratação de empresa apta a realizar esses procedimentos é imprescindível para garantir a conformidade legal e a continuidade dos serviços assistenciais.

5.3. A terceirização dos serviços técnicos especializados, além de atender à legislação sanitária, viabiliza a manutenção de padrões institucionais de qualidade e segurança. Considerando a complexidade das medições, a necessidade de equipamentos calibrados e o rigor metodológico exigido pelas normas de vigilância, torna-se inviável a execução direta desses testes pelo corpo técnico interno. A contratação permite que o Sesc-AR/DF concentre seus esforços na gestão assistencial e na qualificação das práticas clínicas, ao mesmo tempo em que assegura medições precisas, laudos adequadamente emitidos e plena rastreabilidade dos procedimentos.

5.4 A realização do levantamento radiométrico e dos testes de constância também se justifica pelo caráter regulatório e preventivo da atividade. Tais avaliações garantem que as barreiras de proteção das salas de radiografia e tomografia estejam dentro dos limites de exposição permitidos, prevenindo riscos ocupacionais e assegurando um ambiente seguro.

5.5 O Teste de Integridade dos EPIs radiológicos é igualmente necessário para certificar que aventais, protetores e demais acessórios mantêm sua capacidade de atenuação, reduzindo riscos de exposição à radiação ionizante. A contratação garante a execução de testes padronizados, documentados e reconhecidos pelos órgãos de fiscalização, assegurando a segurança dos colaboradores e a adequação das práticas institucionais.

5.6 Ademais, considerando a diversidade de unidades, a quantidade de salas, as necessidades variáveis ao longo do ano e as demandas que surgem conforme inspeções, fiscalizações e revisões técnicas, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se o instrumento mais adequado, alinhado às hipóteses previstas no art. 44 da Resolução Sesc nº 1.593/2024. O SRP assegura flexibilidade, economicidade e precisão no atendimento às necessidades institucionais, evitando contratações desnecessárias e permitindo fornecimento sob demanda.

## **6. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A formalização da presente contratação ocorrerá por meio de Ata de Registro de Preços, acompanhada de Contrato administrativo, ambos elaborados conforme as disposições da Resolução Sesc nº 1.593/2024. O contrato detalhará todas as obrigações, responsabilidades, condições de execução, penalidades e demais direitos das partes, garantindo segurança jurídica e adequada gestão da contratação.

6.2. A vigência inicial do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes, sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do art. 33 do Anexo da Resolução Sesc nº 1.593/2024, desde que comprovada

a vantajosidade, observados os requisitos formais e devidamente motivada a continuidade.

6.3. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interstício mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de assinatura do contrato, pela variação acumulada do INPC/IBGE (ou índice que venha a substituí-lo), considerando-se para cálculo o período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de aniversário contratual.

6.4. O reajuste poderá ser aplicado independentemente de renovação contratual, desde que observado o interstício mínimo anual e formalizado por meio de solicitação acompanhada da respectiva memória de cálculo.

6.5 É vedada a concessão de reajuste antes de decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da assinatura do contrato, salvo disposição legal superveniente.

## **7. DA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL**

7.1 O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato somente será concedido nas hipóteses previstas em lei, especialmente quando ocorrerem fatos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis que alterem as condições econômicas originalmente pactuadas.

7.2 Para fins de análise e eventual concessão do reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor deverá apresentar formalmente à Instituição a seguinte documentação mínima:

a) Requerimento formal detalhando as razões e fundamentos que motivam o pedido de reequilíbrio, com referência específica ao fato superveniente que justifica a revisão, demonstrando o nexo de causalidade entre o evento e o desequilíbrio contratual;

b) Demonstrativo econômico-financeiro que comprove a alteração dos custos, detalhando os valores antes e após o evento que enseja o reequilíbrio;

c) Documentos comprobatórios dos fatos alegados, tais como:

I – Notificações, portarias, alterações legislativas ou regulamentares que tenham impactado o contrato;

II – Comprovação de variação de preços de insumos (notas fiscais, tabelas de preços oficiais, índices setoriais);

III – Relatórios técnicos ou periciais que atestem a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

IV – Planilha de custos detalhada com memória de cálculo.

## **8. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. Os serviços serão solicitados, sempre que houver a necessidade, pelo Gestor designado pelo Sesc-AR/DF, mediante envio formal por Ordem de Compra – OC ao e-mail informado pela Contratada.

8.1.1 A Contratada deverá confirmar expressamente o recebimento da OC no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do envio da mensagem, sendo presumido, para todos os fins, o recebimento do pedido se não for confirmado no prazo assinalado.

8.1.2 É de responsabilidade da Contratada manter seus dados atualizados durante a execução contratual, inclusive de endereço eletrônico informado na proposta financeira originária.

8.1.3 No caso de alteração de qualquer dado cadastral, a Contratada deverá solicitá-la expressamente e por escrito ao gestor da área demandante.

8.2 Após o recebimento da Ordem de Compra - OC, a Contratada deverá prestar o serviço em dias e locais designados pelo Contratante.

8.3 O Contratante poderá recusar o recebimento dos serviços, caso não estejam de acordo com as especificações técnicas, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento.

8.4 A Contratada deverá executar o objeto de acordo com o ofertado em sua proposta e em absoluta conformidade com as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital.

8.5 Após a execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar cópia da OC e a respectiva nota fiscal.

8.6. O descumprimento dos prazos e condições de entrega estabelecidos resultará na aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, sem exclusão de outras prevista na legislação vigente, incluindo multas e outras penalidades cabíveis.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

9.1.2. Disponibilizar mão de obra qualificada, com experiência comprovada na execução dos serviços contratados.

9.1.3. Fornecer equipamentos, ferramentas e materiais necessários para a execução dos serviços, quando aplicável.

9.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, adotando medidas para prevenção de acidentes.

9.1.5. Manter atualizada toda a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária relativa aos serviços prestados.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos danos causados por seus empregados, prepostos ou subcontratados ao patrimônio do Sesc-AR/DF ou a terceiros.

9.1.7. Substituir, sempre que necessário e mediante solicitação da Contratante, profissionais que não estejam desempenhando adequadamente suas funções.

## **10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. São Obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Disponibilizar todas as informações necessárias para a execução dos serviços contratados.

10.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das condições contratuais.

10.1.3. Emitir relatórios e pareceres sobre a qualidade dos serviços prestados, apontando eventuais não conformidades.

10.1.4. Efetuar os pagamentos devidos conforme prazos e condições estabelecidos no contrato.

10.1.5. Solicitar correções ou ajustes nos serviços quando detectadas irregularidades ou descumprimentos contratuais.

10.1.6. Garantir acesso da Contratada às instalações e condições necessárias para a execução dos serviços.

10.1.7. Facilitar o acesso do funcionário da CONTRATADA ao local da prestação do serviço e disponibilizar funcionário responsável para recebimento

10.2. O Sesc-AR/DF não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados ao fornecimento do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. É expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste Termo de Referência. Trata-se de atividade técnico-especializada que exige



execução direta pela empresa contratada, com equipe própria, devidamente habilitada, e sob responsabilidade técnica permanente, conforme normas sanitárias aplicáveis.

11.2 A vedação fundamenta-se na necessidade de assegurar que:

- a) a contratada mantenha controle integral sobre os profissionais responsáveis pelos testes, medições, levantamentos radiométricos, avaliações de desempenho e emissão dos respectivos laudos;
- b) sejam mitigados riscos operacionais, sanitários, regulatórios e de responsabilidade técnica decorrentes da atuação de terceiros sem vínculo direto com a empresa contratada;
- c) seja preservada a uniformidade metodológica e a rastreabilidade das medições, garantindo a conformidade com a RDC nº 611/2022 da Anvisa e demais normativas aplicáveis.

11.3 Qualquer tentativa de subcontratação sem autorização formal do Sesc-AR/DF constituirá descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades previstas, inclusive a possibilidade de rescisão contratual.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. O pagamento será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega definitiva com nota fiscal devidamente atestada pela Gerência de Atenção à Saúde.

12.2. Deverá estar especificada a quantidade, com o respectivo valor unitário e total e a comprovação de recebimento pelo Sesc-AR/DF.

12.3. Nos valores apresentados na nota fiscal, já estarão inclusos taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento do objeto.

12.4. O Sesc-AR/DF não efetuará pagamento por meio de boleto bancário.

12.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sendo que o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

12.7. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc-AR/DF.

12.8. Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc-AR/DF.

12.9. Em razão das obrigações acessórias decorrentes da Legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o Sesc-AR/DF, também poderá fazer, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

### **13. DA GARANTIA CONTRATUAL**

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

### **14. DA GARANTIA DO SERVIÇO**

14.1. A CONTRATADA deverá garantir a execução adequada e a conformidade técnica dos serviços prestados pelo prazo mínimo correspondente ao período de validade dos laudos emitidos, contado a partir do recebimento definitivo.

14.2. Caso sejam identificadas inconsistências, falhas de medição, divergências metodológicas ou qualquer irregularidade decorrente da execução dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar, sem ônus adicional para o Sesc-AR/DF, todos os ajustes, repetições de testes ou correções necessárias, dentro de prazo razoável a ser definido pela área técnica requisitante.

### **15. DA GARANTIA DA PROPOSTA**

15.1. Não será exigida garantia de proposta.

### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a licitante contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

a) Advertência;

- b) Multa, conforme detalhamento constante na tabela de grau e infração; e
- c) Suspensão do direito de licitar ou contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato.
- d) Impedimento de contratar com o Sesc-AR/DF, por um prazo mínimo de 4 (quatro) e máximo de 6 (seis) anos, com abrangência nacional, nas seguintes hipóteses:
- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
  - V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

16.2. Para efeito de aplicação das penas de multa às infrações, são atribuídos graus, conforme as tabelas seguintes:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	2% sobre o valor da Ordem de Compra
02	3% sobre o valor da Ordem de Compra
03	4% sobre o valor da Ordem de Compra
04	5% sobre o valor da Ordem de Compra
05	7% sobre o valor da Ordem de Compra

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GR AU	INCIDÊ NCIA
1	Não realizar os serviços solicitados.	5	Por ocorrência

2	Realizar os serviços em especificações diferentes do contratado.	4	Por ocorrência
3	Não manter a documentação de habilitação atualizada.	2	Por ocorrência
4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.	3	Por ocorrência
5	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo CONTRATANTE.	1	Por ocorrência

16.3. As multas previstas neste instrumento são independentes entre si e poderão ser aplicadas de forma cumulativa e consecutiva, conforme a natureza e a gravidade da infração, observado o limite máximo de 30% do valor total do contrato.

16.4. Quando não pagos em dinheiro pela CONTRATADA, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

16.5. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

16.6. Em caso de reincidência por atraso injustificado, assim considerada a repetição da mesma infração anteriormente sancionada no prazo de até 12 (doze) meses, contado da data da aplicação da penalidade anterior, será a CONTRATADA penalizada nos termos do art. 40, Anexo I, da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

## 17. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento da proposta de menor preço por grupo.

17.2 A contratação por grupo único justifica-se pela natureza integrada do objeto, que compreende a execução conjunta e coordenada dos serviços de Controle de Qualidade (CQ), Levantamento Radiométrico (LR), Teste de Integridade de EPIs, avaliação de Tomografia Odontológica e Controle de Qualidade em Ultrassonografia.

17.3 Trata-se de atividades regulatórias interdependentes, que exigem padronização metodológica, responsabilidade técnica centralizada e uniformidade nos procedimentos e laudos emitidos. A fragmentação do objeto em subitens ou múltiplos grupos comprometeria a consistência das medições, geraria risco de divergências técnicas entre fornecedores distintos e poderia resultar em inconsistências documentais perante a Vigilância Sanitária.

17.4 Assim, a adoção do critério de menor preço por grupo assegura racionalidade operacional, padronização dos serviços, rastreabilidade dos resultados e maior eficiência no cumprimento dos requisitos legais, especialmente aqueles previstos na RDC nº 611/2022 da Anvisa.

## **18. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA EM CONSÓRCIO**

18.1. Não será permitida a participação de empresas organizadas em consórcio.

18.2. A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se nas particularidades do objeto, que envolve a execução de avaliações técnicas especializadas, levantamentos radiométricos, testes de constância, controle de qualidade de equipamentos emissores de radiação ionizante e emissão de laudos técnicos.

18.3 Tais atividades demandam atuação integrada, uniformidade metodológica, padronização dos procedimentos e centralização da responsabilidade pela execução e pelos resultados apresentados.

18.4 A execução por empresas consorciadas poderia gerar fragmentação de responsabilidades e dificuldades na apuração de eventuais inconformidades, comprometendo a rastreabilidade dos serviços e a coerência técnica dos relatórios emitidos. Ademais, a natureza do objeto não exige complexidade operacional ou capacidade econômico-financeira que justifique a formação de consórcio, inexistindo restrição indevida à competitividade.

## **19. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme a ser disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstos no edital.

19.3. Estarão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas que:

- a) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) estejam em regime de consórcio;
- c) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
- d) estejam suspensas e/ou impedidas de licitar ou contratar com o SescAR/DF;
- e) possuam débitos pendentes junto ao Sesc-AR/DF; e
- f) tenham participação, seja a que título for, de dirigentes ou funcionários do Sesc-AR/DF.

19.4. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

19.5 Os atestados deverão comprovar, isolada ou cumulativamente, a execução de serviços similares em ambientes clínicos, hospitalares, odontológicos ou de diagnóstico por imagem, demonstrando compatibilidade técnica com a natureza e a complexidade das atividades previstas neste Termo de Referência. A licitante deverá comprovar, no mínimo 20% (vinte por cento) da quantidade total estimada para o grupo licitado.

19.6 Para fins de comprovação da capacidade técnica, serão aceitos um ou mais atestados, desde que, em conjunto, demonstrem a execução dos serviços mínimos exigidos no escopo contratual, podendo abranger diferentes tipos de equipamentos e diferentes unidades de saúde.

19.7 Não serão aceitos atestados restritos a serviços administrativos, consultorias sem execução prática dos testes ou serviços que não envolvam medições, levantamentos ou emissão de laudos técnicos conforme normativas sanitárias.

## **20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

20.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições da ata.
- c) não haja prejuízo a aquisição do objeto pactuado e haja a anuência expressa do CONTRATANTE à continuidade do contrato/ata.

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Nesta contratação, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, será observada em todas as fases do procedimento licitatório as orientações voltadas para a sustentabilidade ambiental, em atenção ao art. 23 da Resolução Sesc nº 1.593/2024.

21.2. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a CONTRATADA deverá, preferencialmente, na medida do possível, ater-se às diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; boas práticas de governança, ambiental, social e trabalhista; origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

21.3. Previsão de definições e critérios de sustentabilidade, em conformidade com as especificidades e finalidades de cada certame licitatório.

## 22. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP

22.1. Diante dos enquadramentos expostos neste Termo de Referência, será adotado o Registro de Preços, haja vista tratar-se de prestação de serviço que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, agregando ao fato da possibilidade de atendimento das necessidades de outros departamentos da entidade e por outro serviço social autônomo, nos termos do artigo 44 e seus incisos I, II e III, da Resolução Sesc nº 1.593/2024, transcritos abaixo:

*I - quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado;*

*II - quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes;*

*III - quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades;*

22.2. O Registro de Preços não importa em direito subjetivo de quem ofertou o preço registrado de exigir a aquisição, sendo facultada a realização de contratação de terceiros, sempre que houver preços mais vantajosos.

22.3. O Registro de preço realizado, poderá ser objeto de adesão por outro departamento da entidade e por serviço social autônomo.

22.4. As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos neste Termo de Referência.

22.5. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

22.6. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizados durante a vigência do registro de preço.

22.7. O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

22.8. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

22.9. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preço - ARP.

22.10. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente desta licitação será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo de 36 (trinta e seis) meses, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

## **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

23.1. Após o encerramento da licitação, será incluído na ata o cadastro reserva, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao da licitante vencedora, observada a classificação na licitação; e

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.2.3. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na Resolução Sesc nº 1.593/2024.

## **24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**



24.1. Nos termos de regramento interno da Instituição, será designado empregado para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, nos termos da Ordem de Serviço Sesc/AR/DF nº 14/2020.

24.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

24.3. A gestão e fiscalização dar-se-ão pelos funcionários abaixo designados:

Gestor do Contrato	
Nome:	Janaína Braga D'Almeida
Cargo:	Gerente de Área
Matrícula:	6644
Fiscal Titular	
Nome:	Simone Gomes Camargo
Cargo:	Gerente Adjunto de Saúde Bucal
Matrícula:	1944

## 25. DA PROTEÇÃO DE DADOS

25.1. A licitante vencedora, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar na contratação em conformidade com a Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais – PPTDP do Sesc AR/DF, bem como a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018), entre outras normas nacionais e internacionais relativas à privacidade e proteção de dados pessoais.

25.2. As informações abarcadas na PPTDP incluem todos os dados detidos, usados ou transmitidos pelo ou em nome do Sesc-AR/DF, em qualquer suporte. Isso inclui dados

pessoais registrados em papel e dados digitais armazenados em qualquer tipo de mídia, obrigando-se a licitante vencedora a:

a) tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções do Sesc-AR/DF e em conformidade com este item, e que, na eventualidade de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente ao Sesc-AR/DF, que terá o direito de rescindir a contratação sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, codificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito do Sesc AR/DF.

d) garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidem com os dados pessoais sob responsabilidade do Sesc AR/DF assinaram Acordo de Confidencialidade com a licitante vencedora, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção do objeto desta licitação. Ainda treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

25.3. Exceto se previamente autorizado por escrito pelo Sesc-AR/DF, os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

25.4. Caso a licitante vencedora seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente ao Sesc-AR/DF para que este tome as medidas que julgar cabíveis.

25.5. A licitante vencedora deverá notificar o Sesc AR/DF em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

a) qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela licitante vencedora, seus funcionários ou terceiros autorizados;

b) qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da licitante vencedora.

25.6. A licitante vencedora será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Sesc AR/DF e/ou a terceiros resultantes diretamente do descumprimento de qualquer das disposições previstas neste item quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

25.7. A licitante vencedora declara-se ciente e concorda com a PPTDP que estabelece diretrizes e regras para garantir que seus destinatários entendam e cumpram as legislações que versem sobre a proteção de dados pessoais em todas as interações com atuais e futuros titulares de dados pessoais, terceiros e agentes de tratamento de dados pessoais externos ao Sesc AR/DF no âmbito de suas atividades.

25.8. O Sesc AR/DF adotará todas as medidas para deixar seus parceiros, colaboradores e clientes também cientes de que a licitante vencedora, em decorrência da contratação, poderá ter acesso, utilizará, manterá e processará, eletrônica e manualmente, informações e dados prestados pelo Sesc AR/DF e seus clientes ("Dados Protegidos"), exclusivamente para fins específicos da presente contratação.

25.9. As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da LGPD, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem os Dados Protegidos na extensão autorizada na referida LGPD.

25.10. O Sesc AR/DF deve dar ciência aos seus clientes sobre a LGPD e garantir que possui todos os consentimentos e avisos necessários para permitir a transferência legal de dados pessoais de seus clientes para que a licitante vencedora cumpra o disposto neste Edital e anexos.

## **26. DISPOSIÇÕES GERAIS**

26.1. A contratação resultante deste Termo de Referência está disciplinada nas disposições da Resolução Sesc nº 1.593/2024 e eventuais lacunas serão supridas pelas normas de direito civil vigentes e pelos princípios gerais de direito privado.

26.2. Brasília/DF é domicílio e foro competente para dirimir quaisquer dúvidas referentes à licitação e a procedimentos dela resultantes, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília/DF, 27 de fevereiro de 2026.

**Janaína Braga D'Almeida**

**Gerente de Área**

**Gerência de Atenção à Saúde**

Documento assinado usando senha por: **Tatiana Simoes Rodrigues - 7764**, com o cargo: **Analista de Suporte a Gestão**, na lotação: **Gerência de Compras e Contratos** em 27/02/2026 às 11:39:43, protocolo nº: **54554/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Simone Gomes Camargo Fonseca - 1944**, com o cargo: **Gerente Adjunto de Área**, na lotação: **Gerência Adjunta de Saúde Bucal** em 02/03/2026 às 14:16:27, protocolo nº: **54554/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Jhuly De Souza Silva - 7222**, com o cargo: **Gerente Adjunto de Área**, na lotação: **Gerência Adjunta de Saúde Física e Mental** em 02/03/2026 às 14:17:49, protocolo nº: **54554/2026**.

Documento assinado usando senha por: **Janaina Braga D Almeida - 6644**, com o cargo: **Gerente de Área**, na lotação: **Gerência de Atenção à Saúde** em 02/03/2026 às 14:21:21, protocolo nº: **54554/2026**.



Para conferir e validar a assinatura desse documento acesse:  
[https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?](https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?q=f1e66111ee130c4ff3f1310aba3204d14b167ef012fb2141df1d5053c8a95e6c)  
[q=f1e66111ee130c4ff3f1310aba3204d14b167ef012fb2141df1d5053c8a95e6c](https://sigaext.sescdf.com.br/verificar-assinatura?q=f1e66111ee130c4ff3f1310aba3204d14b167ef012fb2141df1d5053c8a95e6c)